

DE BEIJING AOS DISTRITOS: O PARTIDO COMUNISTA, O PROCESSO DECISÓRIO E A DEFINIÇÃO DOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO NA CHINA (*)

Neide César Vargas (*)

1. Introdução

Já há algum tempo, quando uma nova geração de líderes do Partido Comunista da China (PCCh) chega ao poder¹, leva aproximadamente um ano para que eles realizem as suas três primeiras reuniões plenas. Ao fim da última delas, é comum que sejam apresentadas as linhas gerais do trabalho que os dirigentes recém-chegados pretendem levar a cabo em seu período de ofício.

Na 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh, realizada em dezembro de 1978, a liderança do Partido decidiu oficialmente abandonar as campanhas de mobilização popular e a ênfase na coletivização dos meios de produção que caracterizaram a era de Mao Zedong (1949-1976). Como se sabe, os resultados do pleno marcaram toda a era de Deng Xiaoping (1978-1994) e, desde então, o socialismo chinês tem passado pela desmobilização ideológica, a descoletivização dos meios de produção e o fortalecimento dos mercados interno e externo em sua economia.

As terceiras sessões do XIV e do XVI comitês, em 1993 e 2003, respectivamente, também apresentaram as resoluções de duas novas gerações de líderes comprometidos com o que eles mesmos passaram a chamar de uma “economia de mercado socialista”.

Essa tradição foi mantida na 3ª Sessão Plenária do XVIII do Comitê Central do PCCh, de novembro de 2013, quando os 60 pontos aprovados da “Decisão Sobre as Principais Questões Relativas ao Aprofundamento Abrangente das Reformas” incluíram propostas do fim dos campos de trabalho forçado, uma flexibilização dos controles de natalidade implementados nas últimas três décadas, um aumento do repasse dos lucros das estatais para o governo, a aceleração da urbanização e a criação de

(*) Professora do Programa de Pós-graduação em Política Social e do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

(**) Este artigo é fruto de minha participação no Grupo de Pesquisa E7 Projeto de Estudos Críticos da Política de Desenvolvimento. Contou com a interlocução dos demais membros da equipe e uma contribuição mais ampla do Mestrando em Política Social Rafael Venturini. Não obstante, os erros e imprecisões que porventura possam persistir são de minha inteira responsabilidade.

¹ Isso ocorre por meio de um Congresso quinquenal do partido que, em 2012, reuniu 2270 delegados eleitos. As regras das eleições são estabelecidas pelo Departamento de Organização do PCCh. Por volta de junho do ano anterior ao congresso começam as eleições locais para delegados, eleitos indiretamente pelas províncias, regiões autônomas de Macau e Hong Kong e pelas municipalidades. Também são eleitas delegações que representam Taiwan, o Exército, a organização central do Partido, os ministérios, as comissões do Governo Central, as empresas estatais centrais, o Banco Popular e outras instituições financeiras.

um mercado de terras rurais no país.²

Essa última medida, em particular, pode fazer com que o direito que os agricultores chineses possuem de usar solos de propriedade coletiva seja vendido, arrendado ou transferido em um futuro próximo. Não se trata, evidentemente, de uma privatização completa da terra, mas a criação de um “mercado de terras” no país. Tal mudança chama a atenção pelo fato de que autores ocidentais como Samir Amin defendem já há muito tempo que é a ausência da propriedade privada da terra na China uma das evidências mais sensíveis de que o regime mantinha seu comprometimento com uma “transição socialista”.³

Com efeito, ainda não se sabe, ao certo, o que teria motivado a cúpula do Partido a decidir por tal medida – a possibilidade de realizar novos avanços nas forças produtivas em prol do “socialismo” ou, noutro sentido, os avanços da apropriação privada e do “capitalismo” na economia do país. Tampouco podem ser previstos que consequências a nova política poderá ter para uma nação que praticamente não conheceu propriedade privada da terra ao longo de sua história milenar.⁴

Quaisquer que sejam as respostas a essas perguntas sobre tal decisão, uma reflexão primordial recai sobre como se dá a implementação de decisões que são tomadas quinquenalmente pelo Partido. Apesar de ser o único partido político no poder, as suas organizações não coincidem imediatamente com as organizações públicas do país, o que equivale dizer que uma decisão da cúpula do Partido não equivale diretamente a uma decisão do governo em seus diferentes níveis.

Tendo isso em vista, o presente texto discute o PCCh no âmbito do regime político chinês, ilustrando como uma decisão relativa aos rumos do desenvolvimento daquele país sai de um encontro do Partido em Beijing e vai sendo implementada nos milhares de distritos chineses⁵. Para tanto, entende-se que é necessário primeiramente apresentar uma visão global do regime político da China. Posteriormente, o artigo discute o seu objeto central: o Partido e seu papel desde a Revolução Chinesa,

² Uma versão resumida do documento foi disponibilizada em inglês pelo Escritório de Informação do Conselho de Estado da China (2013). Sobre as principais decisões da reunião, ver os textos de Yu (2013) e Hung (2013).

³ O argumento pode ser encontrado em textos como Amin (2005) e Amin (2013).

⁴ A Embaixada Francesa na China (2009) apresenta um interessante texto sobre as variações históricas da noção jurídica de propriedade no país asiático, destacando os aspectos fundiários.

⁵ Acima das aldeias (*villages*), cujos oficiais são escolhidos diretamente pelos moradores da região e não fazem parte da estrutura administrativa do país, estão os distritos (*townships*) e, em seguida, os condados (*counties*), totalizando respectivamente cerca de 3.000 condados e mais de 40.000 governos distritais. Estes dois últimos são os níveis administrativos mais básicos do governo chinês. Eles ficam imediatamente abaixo das cidades e, estas, das 33 províncias e 4 municipalidades com *status* de províncias nacionais (Beijing, Shanghai, Tianjin e Chongqing).

destacando as mudanças no seu processo decisório após o período de Reforma e Abertura sugerindo no final algumas contradições que tais mudanças ensejaram.

2. Um Breve Panorama do Regime Político da China

Formalmente a República Popular da China é uma “ditadura democrática popular”, regime político estabelecido pela Revolução Comunista. Nos termos da Constituição de 1982, equivale a uma “República Unitária” pautada no preceito da cooperação multipartidária, sob a liderança do PCCh, tendo como órgão máximo a Congresso Nacional do Povo (CNP)⁶. Distintamente do modelo ocidental de três poderes independentes, na China os equivalentes ao Executivo (Conselho de Estado) e ao Judiciário tem o seu poder derivado do CNP, o qual corresponde ao Poder Legislativo e representa o povo – todos esses âmbitos de poder submetidos à liderança do PCCh. Segundo o que diz a Constituição chinesa, o CNP é o mais alto poder no país, dela derivando os poderes do Conselho de Estado e do aparato judicial⁷.

O CNP e seu Comitê Permanente⁸ discutem e convertem as decisões do Partido em lei, as quais passam a orientar as decisões de todas as organizações que compõem o regime político chinês. Complementa o CNP a Conferência Consultiva Política Popular Chinesa (CCPPC)⁹, que tem funcionado como uma frente única para consulta política e supervisão democrática, na forma do oferecimento de sugestões e críticas. É uma instituição similar ao Senado nos países ocidentais, embora com menos poder do que estes. Ela enseja a participação no poder dos demais partidos na China

⁶ O CNP reúne até três mil deputados, eleitos por voto indireto nos congressos populares em nível provincial. As Forças Armadas (o Exército Popular de Libertação) constituem um eleitorado em separado.

⁷ Para Dong (2004, p. 25), a jurisdição formal do CNP pode ser assim resumida: o poder de legislar, supervisionar, decidir sobre assuntos relevantes, o poder de nomear e destituir. Ela elege e demite o presidente e o vice-presidente da República Popular da China; o presidente da Comissão Militar Central do Estado; o presidente da Corte Suprema Popular; o Procurador-Geral da Procuradoria Suprema Popular e o Conselho de Estado (incluindo o Primeiro-Ministro).

⁸ Eleito pelos delegados da CNP e composto por 150 membros (com 1 presidente e 19 vice-presidentes). Reúne-se bimensalmente e a CNP uma vez por ano (em março).

⁹ Os membros da CCPPC representam o Partido Comunista, os oito partidos democráticos, a Federação de Indústria e Comércio, personalidades democráticas extrapartidárias, a Federação de Sindicatos da China, a Liga da Juventude Comunista e a Federação das Mulheres da China, assim como círculos de agricultura e extrativismo florestal, círculos educacionais, científicos, tecnológicos, sociológicos e religiosos. As consultas políticas envolvendo estes organismos ocorrem todos os anos, geralmente dois dias antes da Assembleia Nacional Popular. Seus perto de 2 mil membros podem dar opiniões e oferecer sugestões em relação a assuntos de Estado. Seu Comitê Permanente é composto de 280 membros, liderados por um presidente e 30 vice-presidentes, que se encontram a cada três meses. (DONG, 2004, p. 32-33)

visando ampliar o nível de consenso, tendo em vista o regime político em que não existem partidos de oposição ou partidos na espera.

O Congresso Nacional do Povo também subordina as instituições judiciárias, sendo que os juízes e promotores do Supremo Tribunal ou da Suprema Procuradoria exercem a sua autoridade não de forma individual, mas sim como um coletivo. Não obstante, existem canais diretos de influência do Partido nas instituições judiciais, por meio da Comissão Central e Local de Política e Lei ligada ao Comitê Central do PCCh, a qual também coordena o Ministério de Segurança Pública, o Ministério de Segurança do Estado e o Ministério da Justiça (ligados diretamente ao Conselho de Estado).

O Conselho de Estado¹⁰ é o órgão central com poder executivo, responsável, tanto em nível nacional como subnacional, pela implementação das políticas decididas sob a liderança do Partido. As relações políticas entre o Comitê Central do Partido e o Conselho de Estado, segundo Dong (2004, p. 25-26; 52), podem ser descritas da seguinte forma: o Conselho de Estado implementa, em conjunto com o Comitê Central, as leis e decisões do CNP e de seu Comitê Permanente, o relatório que apresenta o CNP passa pelo crivo do Bureau Político do PCCh, refletindo a posição de liderança do Partido sobre as ações do governo. Os nomes dos membros do Conselho de Estado são recomendados pelo Comitê Central para a votação no CNP ou no seu Comitê Permanente e as comissões do Partido tem relações diretas com ministérios vinculados ao Conselho de Estado. Por fim, a influência do Partido sobre o Conselho de Estado se dá pelo tradicional mecanismo de gestão de quadros, no qual os ministérios solicitam permissão ao Departamento Central de Organização do Partido, que de fato é quem tem poderes sobre a seleção e promoção de quadros do governo e do próprio PCCh. Também cabe ao Conselho de Estado estabelecer normas e os regulamentos administrativos e dirigir o trabalho dos organismos administrativos nos níveis nacional, provincial e local.

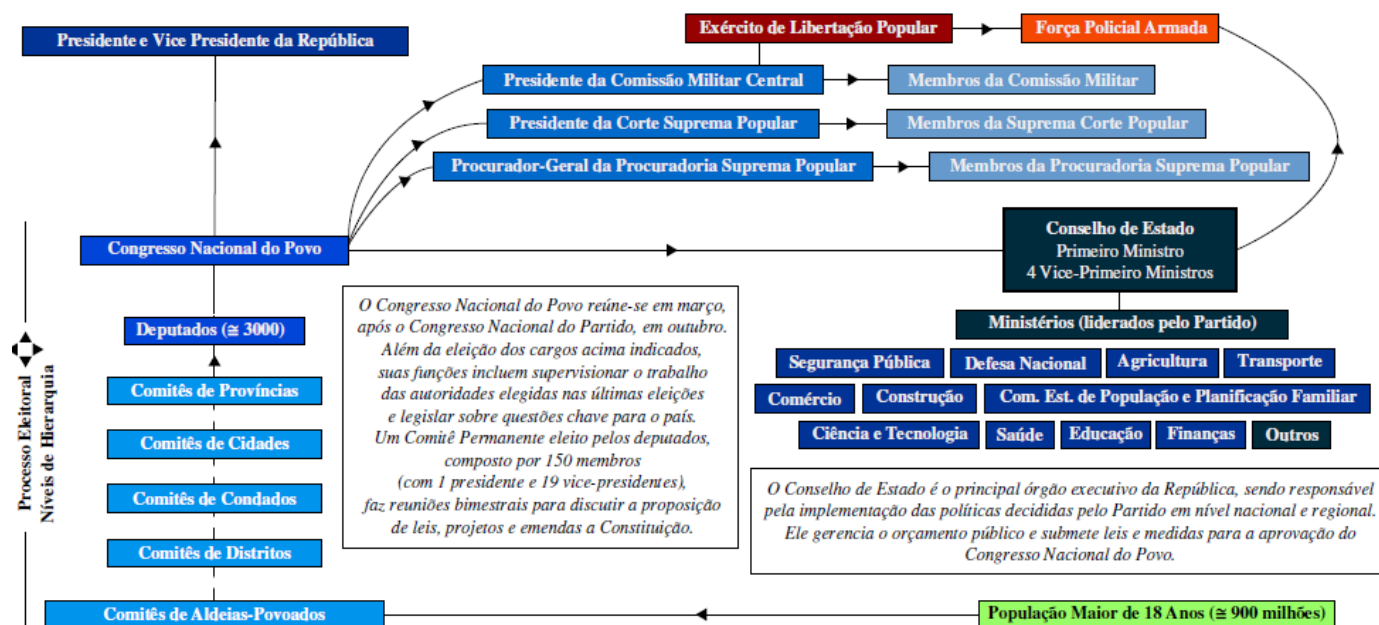
Na prática, o regime político da China conjuga o Partido, o governo nas suas diferentes organizações em nível horizontal (Conselho de Estado, Assembleia Nacional Popular, Judiciário, e Exército¹¹) e vertical (as instâncias subnacionais de Partido e governo) tendo no Partido o seu principal foco decisório.

¹⁰ É liderado pelo Primeiro-Ministro, e quatro vice-Primeiro-Ministros, sendo que o *Premier* indica os conselheiros de Estado (geralmente membros do Partido) e deve prestar contas à APN. Atualmente, o Conselho de Estado chinês é composto por uma Chancelaria, 23 Ministérios, 4 comissões e pelo Banco do Povo.

¹¹ Geralmente as instâncias destacadas pelas análises do sistema político chinês, conforme se encontra em Dumbaugh e Martin (2009, p. 2-3).

A influência política do Partido se dá, horizontalmente, por meio do controle das organizações centrais do governo exercido pela participação direta de membros do PCCh nas mesmas, pela atuação de comissões do Partido na coordenação de determinadas áreas, pela própria lógica que assume o processo decisório global (acerca do Governo Regime político ver Quadro 1). Além disso, o PCCh “orienta e supervisiona, através de sua rede de organizações centrais e locais, a operação de empreendimentos econômicos de propriedade pública e instituições de prestação de serviço, tais como escolas, hospitais e centros de pesquisa” (DONG, 2004, p. 37). Fica patente, assim, a centralidade do Partido no regime político e no processo decisório do país, daí o foco do presente artigo nessa organização.

Quadro 1 – Regime Político na China



Fonte: Elaboração própria à partir de Escritório de Informação do Conselho de Estado da China (2012), McGregor (2012) e Marti (2009).

3. Partido Comunista da China e Processo Decisório

Uma análise específica do Partido Comunista da China e de seu papel na definição dos rumos do desenvolvimento desse país é fundamental para a compreensão da trajetória de crescimento econômico da China nas últimas décadas. Apesar do princípio organizacional do PCCh ser, como é

o caso de qualquer partido comunista, o centralismo democrático¹², bem como a sua relação com o Conselho de Estado ocorrer sob a égide da *nomenklatura*¹³, o seu processo decisório vai além da estrutura formal que normalmente é discutida pelos analistas. É bastante comum simplificar a forma de distribuição do poder político bem como o processo decisório do Partido na China considerando-os como estando concentrados no âmbito do Comitê Central¹⁴, seu secretariado, o Bureau Político¹⁵ e o Comitê Permanente deste¹⁶ (ver Quadro 2). O limite simplificador é reduzir a sua lógica a uma organização hierárquica, orientada por um centralismo burocrático de padrões stalinistas e totalmente concentrada no Comitê Permanente do Bureau Político¹⁷.

Desde uma ótica distinta, considera-se que o processo decisório no âmbito do PCCh está longe de representar uma estrutura óbvia, pautada na concentração de poder e no autoritarismo, a despeito da sua firme liderança nas transformações em curso naquele país desde a Revolução de 1949, sustentada pela planificação e por seu braço militar. Não obstante, a sua peculiaridade não é explicada pela planificação em si ou pelo centralismo democrático e a *nomenklatura*, também verificados em outras

¹² Como se sabe, o regime chinês teve por modelo o regime soviético. “Por este mecanismo”, explica Segrillo (2003, p. 15) sobre o centralismo democrático na URSS, “as discussões deveriam ser livres até o momento em que fosse tomada oficialmente uma decisão pelos órgãos partidários. A partir deste momento, todos os membros do partido estavam obrigados a cumprir a decisão com a mais alta disciplina, sob a pena de severas sanções. Além disso, cada órgão do partido era obrigado a obedecer a todas as decisões tomadas pelos escalões que lhe eram superiores”.

¹³ *Nomenklatura* é uma lista de posições de liderança sobre os quais o Partido exerce controle direto e baseia sua influência, nos moldes do modelo soviético. Como parte de uma organização hierárquica os níveis superiores avaliam os níveis inferiores e os comitês do partido, por meio do departamento de organização, tem o poder de designar, despedir, promover e transferir os que lhe estão imediatamente inferiores, além de manter dossiês pessoais com informações dos designados. Os quadros que estão na liderança dos distritos, e os que trabalham no governo dos condados estão sob a jurisdição do departamento de organização do comitê do PCCh do condado, podendo ser alocados entre os níveis de condado e distrito. (EDIN, 2003, p. 44, 46 e 47).

¹⁴ O Comitê Central (CC), composto por cerca de 300 membros, é escolhido no Congresso quinquenal do Partido exerce o papel de dirigir o PCCh entre os seus congressos, reunindo-se em plenárias pelo menos uma vez ao ano. A ele cabe eleger, em seguida ao congresso, o seu Bureau Político (Politburo) e o Comitê Permanente do Bureau Político. O CC nomeia o Secretário-geral do Partido, o Secretariado do Partido e os membros de suas comissões e departamentos. Além dos órgãos centrais de liderança do Comitê Central, há outras instâncias de implementação de políticas do Partido: as organizações locais do Partido e seus departamentos; as organizações de massa ou sociais; e os núcleos e comitês do Partido no poder do Estado e nos órgãos administrativos. (DONG, 2004, p. 51).

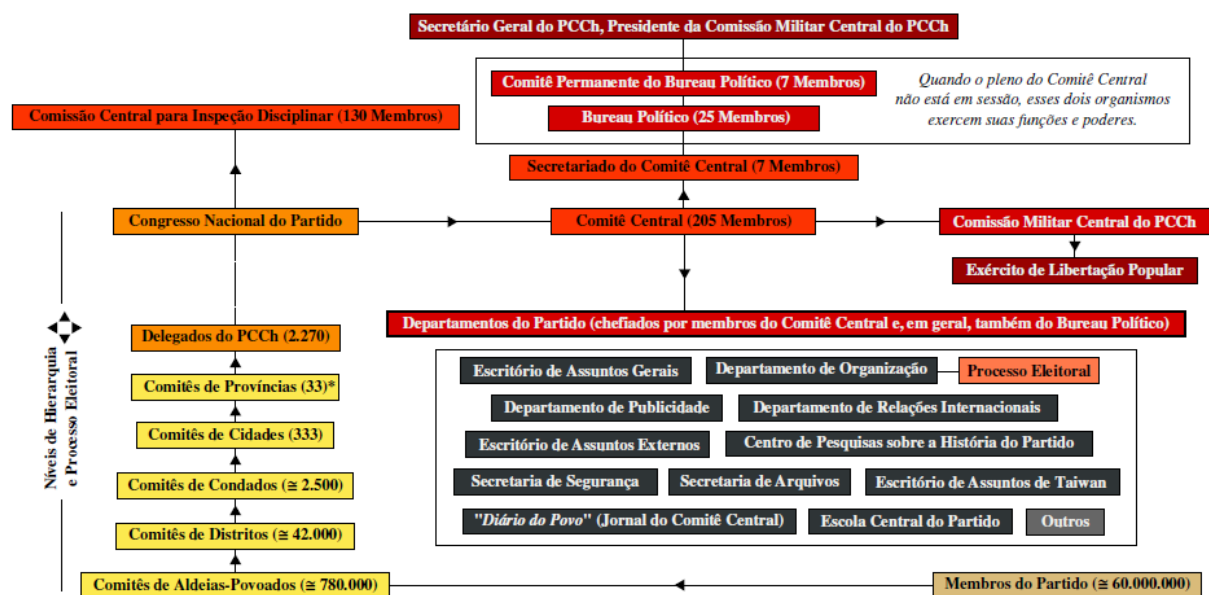
¹⁵ Composto por 25 membros e no qual participam o Presidente e Vice presidente do país, o presidente e vice da Comissão Permanente do Bureau Político, o Primeiro-Ministro e os 4 vices primeiros-ministros do Comitê de Estado, o Presidente e vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional, o Presidente da Conferência Consultiva Popular, o diretor da Secretaria-Geral do PCCh, o diretor da Escola do Partido, o Presidente e Vice-Presidente da Comissão Militar Central, o diretor da Comissão para Inspeção Disciplinar, o diretor do Departamento de Propaganda e o do Departamento de Organização, o secretário do Comitê de Assuntos Legislativos e Políticos, o Chefe do PCCh em Beijing, Guangdong, Tianjin, Shangai e Chongqing.

¹⁶ Composto atualmente por sete membros: Xi Jinping (presidente da república), Li Keqiang (primeiro-ministro), Zhang Dejiang, Yu Zhengsheng, Liu Yunshan, Wang Qishan e Zhang Gaoli. É o núcleo do poder no Partido Comunista sendo suas principais decisões são tomadas na forma de consenso.

¹⁷ Por exemplo, Sheng (2005) e Dong (2004, p. 26, 36 e 38) localizam no BP e no CPBP o núcleo do poder do PCCh e do regime. Oliveira (2003, p. 138) localiza especialmente no Comitê Permanente do Bureau Político.

experiências socialistas¹⁸. Nas últimas décadas, parece ser a combinação de dois elementos extremamente contraditórios o que delinea o processo decisório interno ao PCCh na sua singular condução de uma experiência planificada e socialista de desenvolvimento, o que confere ao mesmo uma grande flexibilidade e também resultados econômicos favoráveis do ponto de vista dos índices de sucesso ocidentais.

Quadro 2 – Organização interna do Partido Comunista Chinês hoje.



* Além das 22 Províncias nacionais, neste nível de hierarquia são computados os votos das 4 Municipalidades (ou, Cidades Administrativas) ligadas diretamente ao Governo Central (Pequim, Xangai, Tianjin e Chongqing), das 5 Regiões Autônomas (Guangxi, Mongólia Interior, Ningxia, Tibete e Xinjiang) e das 2 Regiões Administrativas Especiais (Hong Kong e Macau).

Fonte: Elaboração própria à partir de Escritório de Informação do Conselho de Estado da China (2012), McGregor (2012) e Marti (2009).

A prática baseada na herança maoista da revolução permanente, aplicada na forma de uma contínua experimentação e descentralização das decisões, adequando a tática de busca de saídas indiretas e “pelas bordas”¹⁹, é o primeiro desses elementos, trazendo ao processo decisório do Partido um componente essencialmente chinês que tende a antagonizar-se com mecanismos de institucionalização e de regras rígidas e padronizadas espacialmente. O limite dessa herança

¹⁸ Anderson (2010) compara a experiência Russa com a experiência chinesa, destacando as peculiaridades desta última.

¹⁹ Sebastian Heilmann, Elizabeth Perry, citados por RITHMIRE, Meg E. (2014, p. 169), destacam esse tipo de influência nas práticas de administração atuais na China e por eles denominadas de “‘guerilla-style policy-making’ approach”, destacando a sua natureza criativa e ajustada a contextos de mudança. Distintamente do que se coloca aqui eles localizam a origem dessa influência apenas no período pré-revolucionário.

manifestou-se na Revolução Cultural (1966-1976), com o questionamento aberto de toda forma de institucionalização, legalização e de exercício de hierarquia bem como dos elementos característicos da burocracia partidária soviética. Contrarresta essa herança crucial a opção do Partido, desde fins dos 1970, pela gradual disseminação no âmbito das organizações econômicas, governamentais e do seu próprio seio de práticas associadas aos modelos ocidentais de gestão pública, com orientação tecnocrática e pautadas na descentralização de decisões, na busca de separação do processo decisório do governo frente ao Partido, além da implantação de mecanismos de enquadramento legal dos processos e de uma lógica pautada em resultados. Tais práticas vêm, ao longo dos anos, alterando de forma significativa a estrutura tradicional de tomada de decisões no país.

A síntese dos dois elementos antípodas anteriormente resumidos resulta num processo decisório centralizado no que tange as grandes metas prioritárias definidas pela estrutura decisória formal do Partido e descentralizado no que diz respeito à forma e mesmo as estratégias específicas para alcançá-los bem como as definições referentes a áreas não eleitas como prioritárias. Tal conjugação tem possibilitado, até o presente, a liderança do Partido nos rumos do desenvolvimento chinês e, simultaneamente, dado flexibilidade ao processo decisório do ponto de vista espacial e microdecisório não deixando, obviamente, de apresentar resultados contraditórios e amplificadores de desequilíbrios no país, notoriamente do ponto de vista espacial, social e ambiental, grande parte dos mesmos com maiores impactos sobre a população rural chinesa.

Ora, entender a influência da herança maoísta no processo decisório do Partido significa recuperar de forma sintética a história do PCCh, a qual coincide com a própria construção do processo revolucionário chinês. Desde a sua fundação em Shanghai, em julho de 1921, poucos anos depois da Revolução Bolchevique e sob a direta influência da mesma, o PCCh cresceu rapidamente, notadamente durante a Segunda Guerra Mundial. Entre 1937 e 1947 o número de seus militantes passou de 47 mil para 2,7 milhões, dentre os quais mais da metade integravam o Exército de Libertação Popular. Com a Revolução Comunista, o Partido Comunista da China e seu exército, pela sua estratégia de tomada do poder, feita por meio da gradual subtração de territórios sob o controle do Estado então existente e, concomitantemente, erguendo um Estado paralelo à medida que esvaziava a legitimidade e o poder daquele, atuou de maneira a fortalecer as províncias e as esferas locais. Essa atuação por meio de guerrilhas envolveu a capacidade do PCCh de “combinar reforma nas aldeias – redução dos preços de arrendamento, cancelamento de dívidas, redistribuição limitada de terras – com resistência ao invasor

estrangeiro”, configurando instrumentos descentralizantes, dando penetração social ao Partido Comunista no norte do país e junto a população rural (ANDERSON, 2010, p. 5).

O Partido Comunista da China, pela via de “longos e árduos confrontos armados”, por meio da mobilização de camponeses por mais de vinte anos, foi, por fim, vitorioso na guerra civil contra o Partido Guomindang. Os revolucionários assumiram então o controle do Estado, fundaram a República Popular da China e deram início a uma série de reformas econômicas e sociais em prol de uma população com enormes carências. Após a tomada do poder e sob a liderança de Mao Zedong e das bases camponesas armadas, o Partido Comunista empreendeu uma reforma agrária e transitou gradualmente para um modelo de socialismo espelhado no padrão russo e sob a sua influência. Durante o longo período de 1949 até 1965 as forças vitoriosas estabeleceram um regime planejado com ampla participação do PCCh e de suas bases revolucionárias, extinguindo paulatinamente as organizações políticas, econômicas e sociais da sociedade pré-revolucionária. Neste modelo, governo, sociedade, exército e Partido imbricavam-se num todo com as lideranças do PCCh e as suas bases descentralizadas liderando as decisões e conduzindo diretamente as reformas.

Nessa etapa inicial marcou de forma predominante a orientação do PCCh e do seu processo decisório uma concepção política denominada por Oliveira (2011) de “utópica”, a qual se baseava na visão de que o processo revolucionário e de desenvolvimento do país avançaria sob a liderança do Partido exercida por meio da planificação e da organização da ação voluntarista das massas. A esta concepção se filiava Mao Zedong, o qual, sob a influência da visão milenarista típica das rebeliões camponesas que atravessaram as diversas dinastias do país, reorientou o PCCh para o campesinato e liderou a revolução comunista na China. O foco dessa concepção é o fortalecimento do trabalhador chinês, do campo e da cidade, por meio do acirramento da luta de classes visando à extinção das classes anteriormente dominantes e da própria sociedade de classes e dos resquícios “capitalistas”, tudo isso conjugado à defesa da China contra o “imperialismo ocidental”.

Condicionado a esses objetivos maiores o Partido empreendeu, por meio da planificação estatal, a implantação de uma estratégia autônoma e descentralizada de desenvolvimento. Esta se iniciou com uma reforma agrária e atingiu o seu ápice com a implantação das comunas e das empresas estatais rurais e urbanas visando um processo autossustentado de industrialização. O apoio soviético, de forma complementar, ensejaria a incipiente industrialização pesada do país, calcada na indústria armamentista.

As lideranças partidárias que orientaram essa etapa adotaram como referência para a implementação de sua visão sistemas de tomada de decisão influenciados pelo modelo soviético com destaque para a utilização disseminada do “centralismo democrático” e a montagem de um sistema hierárquico de quadros, ambos ajustados à realidade heterogênea da China e ao ritmo da ação voluntarista das massas revolucionárias.

No centralismo democrático os membros do Partido discutem as questões, deliberam e posteriormente ficam diretamente subordinados às decisões das organizações do PCCh a que estejam vinculados, sejam elas empresas, escolas ou universidades, órgãos de imprensa, institutos de pesquisa etc. Em cada uma dessas organizações hierarquicamente “inferiores” os quadros recebem instruções de suas organizações “superiores”. Acima de todas delas estão as deliberações do Congresso Nacional do PCCh e do seu Comitê Central.

Milhões de organizações do PCCh em cada nível combinam em seu funcionamento a liderança e as decisões coletivas com a execução e a responsabilidade individual sobre as tarefas. Metas e decisões tomadas pelas organizações superiores são encaminhadas para os níveis seguintes, até a incumbência dos membros individuais. Níveis inferiores da organização podem requerer alterações nas exigências recebidas dos superiores, de acordo com as possibilidades concretas de sua execução. A última palavra, porém, cabe ao nível superior o qual, ademais, é o responsável direto por avaliar as organizações que lhe estão imediatamente abaixo.

A evolução gradual de um sistema de responsabilidade dos quadros garantiu um canal segundo o qual as decisões tomadas desde o princípio do centralismo democrático iam sendo replicadas em todos os níveis com os quadros superiores avaliando o nível imediatamente abaixo numa estrutura hierárquica visando o alcance de um conjunto de metas anuais. Nos anos iniciais após a Revolução, numa estrutura mais simplificada, era o Comitê Central do Partido e os Departamentos de Organização dos comitês em todos os níveis que dirigiam os quadros, com exceção dos militares, conforme destaca Dong (2004, p. 48). O mesmo autor evidencia que, posteriormente, em 1953,

um sistema separado de gestão de quadros foi introduzido, devido às exigências da construção econômica e à expansão das fileiras das frentes. Esse novo sistema baseava-se nos departamentos funcionais. Sob a liderança dos Departamentos de Organização centrais e locais do Partido, outros departamentos do PCCh foram autorizados a dirigir quadros em seus respectivos campos. Por exemplo, os Departamentos de Propaganda do PCCh dirigem os quadros em instituições culturais, educacionais e de mídia. Os Departamentos de Trabalho dirigem os quadros nos partidos democráticos, em algumas organizações sociais e em grupos religiosos.

Mesmo mantendo até hoje tais práticas decisórias de influência soviética, com aspectos distintivos e mudanças de lógica ao longo do tempo, já desde 1960 a linha política utópica do Partido rompeu formalmente com a URSS, na busca de um aprofundamento revolucionário com identidade própria, e sob liderança de Mao Zedong e sua concepção de revolução contínua, culminando com a Revolução Cultural. A crítica explícita ao revisionismo soviético de Khrushchev e o ambiente interno de resultados desfavoráveis do Grande Salto Adiante são os condicionantes desse aprofundamento revolucionário. Este desencadeia um processo de mobilização de massas bastante abrangente, com ampla participação da juventude comunista, orientada para o questionamento do *status quo* no âmbito do Partido, do exército, da máquina estatal e da sociedade. As ações cada vez mais radicais da juventude comunista conduziram a Revolução Cultural a extremos, gerando faccionismo e fragmentação do próprio PCCh, da máquina estatal e dos seus mecanismos decisórios. A perseguição dos suspeitos de favorecer a via soviética ou de trair a Revolução Chinesa em prol de “ideologias burguesas”, ao ser levada a limites, resultou na perda de controle do movimento pelas lideranças do PCCh conduzindo o país a uma forte crise social.

Não obstante, essa linha política utópica só perdeu a sua dominância na dinâmica do PCCh com o julgamento dos principais líderes da Revolução Cultural e a morte de Mao em 1976. Apesar disso, a herança da concepção maoista de condução das transformações sociais, pautada na ideia de revolução permanente, continua arraigada na sociedade chinesa e mesmo marginalmente no âmbito do PCCh, o que se comprova pela sua explicitação nas ações desenvolvidas por Bo Xilai em Chongqing²⁰ e a busca de sua renovação por meio de movimentos de reconstrução rural assentados na mobilização social e chancelados por membros do PCCh²¹.

Ao fim da década de 1970, contudo, as lideranças prevalecentes no PCCh dariam início a um novo processo de reconstrução do Partido, do exército, do governo e da economia reabilitando os membros que haviam sido removidos temporariamente pelos jovens da Liga da Juventude Comunista, pelo Exército ou pela população em geral. Após 1978, foi retomado também o papel diretivo dos principais órgãos decisórios do PCCh – o Congresso Nacional do Partido, o Comitê Central, o Bureau

²⁰ Era ministro do comércio e prefeito de Dalian, na província de Liaoning, posteriormente foi chefe do PCCh em Chongqing e membro do comitê permanente do Politburo até 2012 quando foi expulso do Partido.

²¹ Sobre o movimento de reconstrução rural nas suas origens e o novo movimento de reconstrução rural ver WEN (2001), WEN at AL (2012), (SIT (2012).

Político e o Comitê Permanente do Bureau Político, bem como o cargo de presidente da China, todos extintos no âmbito da Revolução Cultural.

Oliveira (2011) denomina de “realista” os representantes da vertente política que passa a liderar essa reconstrução do PCCh tendo como expoentes Deng Xiaoping e Zhou Enlai, e a qual passa a prevalecer a partir dessa etapa. Ela influenciou de maneira subsidiária a condução do Partido e do país desde o início da Revolução mas só passou a ser predominante no final dos 1970. Defende um modelo pragmático de desenvolvimento, pautado num socialismo com características chinesas, considerando ser prioritário desenvolver as forças produtivas para fazer a China avançar, inserindo-a no mundo e promovendo o desenvolvimento tecnológico. Desde este ponto de vista, encontrados os limites econômicos de uma estratégia autônoma de desenvolvimento por meio de uma experiência socialista isolada e aplicada a um país pobre, o PCCh passou a considerar uma reversão parcial da planificação e do foco na luta de classes. Inserir a China na economia mundial pela adoção de reformas capitalistas e abertura externa seria a nova estratégia para se atingir, no longo prazo, uma sociedade comunista.

Nos termos do Programa Geral da Constituição do PCCh, na 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central, em 1978, sob o comando de Deng Xiaoping, os membros do Partido analisaram as experiências obtidas desde a fundação da República Popular e “emanciparam suas mentes”, “buscaram a verdade dos fatos”, “mudaram o foco do trabalho de todo o Partido para o desenvolvimento econômico e defenderam a reforma e abertura para o mundo exterior” (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2012). Nesse momento, definiu-se como prioridade do PCCh a construção de um modelo econômico nos moldes das nações mais desenvolvidas do Ocidente, bem como a projeção política de seu desenvolvimento no plano internacional.

Ora, é evidente que tal reorientação tem como pressuposto a manutenção do poder do PCCh e, este, por sua vez, dependeria de uma reorganização dos membros e interesses dentro do Partido. A busca continuada de uma maior democratização das decisões internas ao mesmo; o fortalecimento dos seus congressos, os quais, desde 1982, passaram a ter regularidade quinquenal; a renovação de quadros e maior divisão do poder, com gradual aposentadoria dos antigos líderes revolucionários²² e a subida ao poder de uma liderança de cunho tecnocrático e não mais pautada no carisma pessoal, dentre outros aspectos, foram sendo implementados (FEWSMITH, 2001).

²² A Constituição da China de 1982 limitou em dois mandatos de cinco anos a permanência dos quadros nos postos centrais do governo. Já a Constituição do PCCh ressalta que o mandato dos mesmos não pode ser vitalício. Em 1997, no 15º Congresso Nacional do PCCh acordou-se também que todos os membros do Bureau Político do Partido deveriam se aposentar após completar 70 anos de idade (DORNELLES, 2007, p. 1-2).

Vem garantindo, desde fins dos 1980s, a linha articuladora da atuação de longo prazo do PCCh e de suas sucessivas lideranças no poder o que o próprio partido denomina de “modelo da geração”, no qual um grupo de membros que assume a dianteira do Partido e, portanto, do governo do país, por certo período, tornam-se os mais altos responsáveis pela elaboração e implementação das diretrizes do PCCh com base em suas linhas fundamentais, anteriormente apontadas. Esse modelo surgiu, como explicado por Oliveira (2003, p. 143), no contexto da eleição de Jiang Zemin ao cargo de Secretário-geral do PCCh, em 1989. Na ocasião, Deng Xiaoping mencionou a si próprio como parte da “segunda geração” e Mao da “primeira”. Zemin encabeçou por dez anos o núcleo da “terceira geração” de dirigentes. Foi substituído, em 2002, por Hu Jintao, da “quarta geração”, que permaneceu no cargo até início de 2013.

No contexto dessa concepção de gerações, após uma década de reformas e fortes disputas políticas no interior do Partido e do governo, um dado consenso se formou desde início dos 1990²³, orientado para o desenvolvimento das forças produtivas, passando as disputas de poder no âmbito da cúpula do Partido a assumir características, no máximo, de disputa de duas facções dominantes (LI, 2005, p. 6).

Mas tais aspectos mencionados acerca da linha política realista referem-se à cúpula do PCCh, sendo necessários para se entender a reorientação do Partido mas não suficientes para a compreensão das mudanças na sua lógica decisória, relacionadas especialmente ao funcionamento do sistema de controle de quadros. A remodelagem desse sistema atuou sobre a estrutura de alta capilaridade que o partido sempre apresentou com comitês que se irradiavam por todos os níveis do governo até o nível de distrito/aldeias, também pelo exército, pelas empresas estatais, escolas, vilas e outras entidades/atividades. Já em 1984 o Departamento Central de Organização do partido fez algumas alterações, reduzindo o controle na hierarquia do Partido ao nível subordinado imediato (DONG, 2004, p 48).

²³ O que Marti (2007) denomina “Grande Compromisso” traduz um acordo tácito com as principais forças políticas do país e construído sob a liderança de Deng, em 1992. Os componentes deste consenso seriam o apoio do Exército de Libertação Popular às reformas de Deng, à primazia do Partido e à unidade do Estado: os líderes do PCCh nas províncias garantiriam a remessa de recursos para o governo central e o governo central financiaria a modernização do exército. No início de outubro ocorreu a 9ª Sessão Plenária do 13º Congresso do Partido, aprovando os arranjos de Deng. O XIII Comitê Central aprovou por unanimidade (MARTI, 2007, p. 238).

A remodelagem do sistema de responsabilidade de quadros, não obstante, ocorreu em 1988, definida pelo Departamento de Organização do Partido, mudando a lógica das avaliações anuais desde o nível dos distritos, que passou a ser o último nível hierárquico subordinado ao sistema²⁴.

Sinalizando de maneira clara as mudanças que se já davam nas bases do partido e do Governo, o 14º Congresso Nacional do Partido, em 1992, deliberou por uma reforma administrativa mais abrangente na qual o “ comando direto do governo sobre empreendimentos econômicos seria suspenso e a ênfase deveria ser colocada na macrorregulamentação da economia” (DONG, 2004, p. 58). No que tange especificamente aos servidores civis, departamentos, níveis e áreas do país estabeleceu-se em 1993 uma regulação nacional mas segundo critérios bem genéricos.

No que tange particularmente às alterações no sistema de responsabilidade de quadros, um destacado estudo empírico, feito ao final dos 1990, focado nos distritos costeiros mais prósperos, evidencia que as mesmas foram disseminadas especialmente a partir do governo de Jiang Zemin (1993-2003). Elas modificaram as bases decisórias nas relações verticais tanto no interior do Partido quanto nas esferas em que ele manteve sua influência (EDIN, 2003, p. 39 e 49).

No detalhamento da nova lógica decisória a autora evidencia que foram incorporados ao sistema de responsabilidade de quadros mecanismos de avaliação e monitoramento do desempenho bem específicos e orientados prioritariamente pela lógica das reformas de mercado.²⁵ Ao invés do controle de amplos objetivos, como antes se dava, este passou a ocorrer com base em poucos objetivos selecionados como fundamentais, tendo o desempenho econômico como base e sendo seletivo também em termos de localidades mais prósperas e de indivíduos. Por outro lado, o Partido flexibilizou drasticamente os mecanismos de controle das esferas não prioritárias bem como no que tange aos meios das lideranças locais alcançarem os objetivos, o que deu ampla liberdade às mesmas.

A nova sistemática de avaliação de desempenho passou a ordenar os objetivos classificando-os de flexíveis, centrais e prioritários, sendo os últimos com poder de cancelar todos os demais, caso não

²⁴ Apesar do fato de todos os quadros em todos os níveis serem avaliados o ponto limite de influência direta do partido e do sistema de responsabilidade dos quadros, são as lideranças nos distritos (o Secretário do Partido e a direção do governo) que devem prestar contas a organização partidária em nível dos condados. Os quadros que trabalham em departamentos do governo em nível de distritos passaram a ser avaliados pelos próprios líderes locais, ao contrário de antes, quando eram avaliados pelo nível imediatamente superior na escala vertical (EDIN, 2003).

²⁵ Segundo Edin (2003, p. 37), “as Reformas de Mercado referem-se às reformas propostas pela ‘New Public Management’, e incluem: descentralização de autoridade, contratos de trabalho, estabelecimento de metas quantitativas, introduzindo competição entre burocratas estatais, uso de incentivos econômicos para encorajar a se atingir metas e considerar a opinião dos clientes para medir desempenho governamental.”

atingidos. Dessa forma passaram a ser implementadas as políticas chave e as prioridades do nível central e condados, com destaque para os resultados econômicos e a estabilidade social - esta última classificada como objetivo prioritário e os primeiros geralmente classificados como objetivos centrais. Os resultados econômicos passam a ser a base do sistema de bonificações e promoções, bancadas pelas receitas que os próprios distritos gerassem, com montante variável segundo “rankings” coletivos por distrito, sendo pagos a todos os quadros do mesmo. A rotação de líderes entre níveis administrativos e geográficos mantêm-se como um meio complementar de garantir fidelidade do quadro às orientações estratégicas do PCCh (EDIN, 2004, p. 39-46).

Segundo a autora uma alteração particular foi a instituição de contratos de desempenho pessoal e coletivo cujos conteúdos refletem tanto prioridades centrais quanto de autoridades locais. Os secretários de Partido e líderes do governo em nível dos distritos passaram a assinar contratos de responsabilidade pessoal junto aos condados bem como contratos coletivos entre distritos e condado (EDIN, 2003, p. 38-39).

Desta forma, ao contrário do que as vertentes liberais de análise da China apregoam, Edin (2003) conclui que as reformas de mercado e a descentralização não reduziram a capacidade de condução do PCCh e sim alteraram a sua lógica, tornando-a mais seletiva e orientada pelas prioridades centralmente definidas.

4. Notas finais: alterações no sistema microdecisório e suas contradições

Há um longo e sinuoso caminho que uma decisão da cúpula do Partido percorre da capital aos distritos e aldeias chinesas. Esse processo decisório tem o seu core na atuação da organização partidária como um conjunto e na interação da mesma com as demais organizações do regime político chinês. Por um lado, os diferentes níveis do regime político, assentados na capilaridade do PCCh, darão a devida atenção às metas estabelecidas pela cúpula do Partido, tendo por base o sistema de responsabilidade de quadros e seu funcionamento orientado por metas econômicas. Nesse sentido a capacidade do PCCh comunista chinês de implementar as suas determinações estratégicas vinculadas à esfera econômica parece estar assegurada. Os resultados econômicos favoráveis se explicam, ao contrário do que as concepções Neoliberais apregoam, não ao investimento estrangeiro, a privatização e a descentralização em si e sim ao macrocontrole implementado por meio de sua estrutura decisória partidária descentralizada sustentada pelo sistema de responsabilidade dos quadros alterado por conteúdos gerencialistas.

Deve-se pontuar, todavia, que os maiores poderes dados às lideranças locais do Partido e aos governos de distritos, ocorrem em paralelo à ampliação dos conflitos nas aldeias e das denúncias de corrupção de membros do partido em nível local. Uma rápida retrospectiva do quadro social no campo denota que os bons resultados econômicos não se dão sem fortes contradições. Os graves incidentes de massa nas aldeias têm se acirrado desde 1993, naquele ano equivalendo a 8.700 incidentes e atingindo, em 2010, um total de 180.000 (FEWSMITH, 2013, p. 6-7). Essa ampliação dos incidentes no campo também coincide com o período de implementação da decisão central de empreender uma centralização fiscal (1994/98), reduzindo a disponibilidade de receitas nos níveis locais e desencadeando a cobrança de diversas taxas dos camponeses²⁶. Extinta a tributação sobre os camponeses, em 2006, os conflitos se agravavam, mudando de natureza, localizando-se especialmente na questão da terra. Seu direito de uso já vinha sendo comercializado mas intensificou-se o número de desapropriações feitas pelas lideranças subnacionais.

Por outro lado, segundo Wen (2012), os conflitos envolvendo desapropriação de terra e governos locais substituíram nos últimos anos a taxaço como foco de conflito social entre lideranças locais e camponeses, destacando que, em 2005, de 40 a 50 milhões de camponeses haviam perdido suas terras em parte ou totalmente. Fewsmith (2013, p 26) adicionalmente, evidencia que, em 17 províncias da China e desde 1980, 17,8% dos camponeses tiveram as suas terras desapropriadas de forma coercitiva e 12,7% não receberam qualquer compensação e desde 1999 dois terços dos camponeses envolvidos em desapropriações tiveram as suas terras negociadas por valores 40 vezes maiores daquilo que receberam por elas.

Numa outra frente de contradições vinculadas às lideranças partidárias em nível local Yan (2012) ressalta que uma parte considerável dos secretários do Partido no dos distritos pertence hoje às chamadas “novas elites econômicas”. Aceito oficialmente pelo partido, em 2002, que seus membros poderiam ser empresários, isso acarretou que quadros locais participam de negócios privados e podem ter seus interesses mais diretamente voltados para seu próprio setor ou região. Isso sugere que a estrutura meritocrática do funcionalismo público chinês convive atualmente com uma realidade na qual está dada a possibilidade de que esses quadros se beneficiem individualmente de seu poder discricionário.

²⁶ Quagio (2009, p. 140-141) destaca que os camponeses pagavam, em 1994, seis vezes mais imposto do que morador da cidade, e ganhavam cinco vezes menos. Cai (2008, p. 33-34) acrescenta que cerca de dois terços dos conflitos violentos verificados na China rural em 2004 diziam respeito a terra.

Visando restringir os abusos dos líderes locais o Partido intensificou a atuação da Comissão Central de Inspeção Disciplinar bem como passou a estimular os processos participativos especialmente em nível de aldeia como um mecanismo complementar para fiscalizar e avaliar os líderes locais do governo e do PCCh, englobando nas consultas especialmente representantes de moradores das aldeias e gerentes de empresas chave em nível dos distritos. Os Comitês de Aldeia pré existentes, formalizados desde 1998 pela ANP, passaram a ter papel crescente. Fewsmith (2013) descreve diversas inovações políticas que passaram a ser estimuladas pelo nível central visando ampliar a democracia no interior do Partido e ensejar uma maior participação decisória dos habitantes das aldeias. Preocupado em confrontar as experiências chinesas com o modelo de democracia liberal e apontar as suas insuficiências e limites, o autor dá pouco peso a este papel efetivo das consultas populares de funcionar como meios indiretos de controle pela liderança central do partido da ampla liberdade decisória das lideranças locais bem como de seus desvios.

Em síntese, a forma com que as determinações econômicas têm sido implementadas no plano das microdecisões, segundo forte descentralização e amplos graus de liberdade das lideranças locais, tem dado flexibilidade e sucesso do partido em promover o milagre econômico chinês. Ao mesmo tempo parecem ser a fonte de contradições que o sistema vem apresentando ao levar as lideranças locais a perseguir resultados econômicos a qualquer preço, acirrando os conflitos junto a população rural. A luz dessa análise sugere-se que a decisão recente da cúpula do partido de romper com a propriedade coletiva da terra tende a ampliar as contradições. A importância histórica da mesma para a população rural e migrante na China, tendo em vista seu papel de sustentação da estabilidade econômico e social do país bem como do próprio regime político em bases comunistas, além de levar o PCCh a se distanciar cada vez mais de sua proposta de uma transição lenta para o comunismo parece ter o poder de desencadear, nos níveis de distritos e aldeias, choques de interesses cada vez mais graves entre camponeses e lideranças partidárias locais.

5. Referências

- AMIN, Samir. China 2013. **Monthly Review**, v. 64, n. 10, 2013. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2013/03/01/china-2013>>. Acesso em: 20 Out 2013.
- _____. China, Market Socialism, and U.S. Hegemony. **Review** (Fernand Braudel Center), v. 28, n. 3, 2005, p. 259-279.

ANDERSON, Perry. **Duas Revoluções**: Anotações. Ensaio Comparativo Sobre o Desenlace Atual das Duas Maiores Revoluções do Século XX: a Russa e a Chinesa. **Revista Serrote** (Instituto Moreira Alves), n. 5. Julho de 2010.

CAI, Yongshun. **Local Governments and the Suppression of Popular Resistance in China**

The China Quarterly. Volume 193. March 2008, pp 24-42.

CARRION, Raul K. M., **A Construção do Socialismo na China e as Reformas Econômicas Pós-Revolução Cultural**, 2004, Mimeo.

CHENG, Li. **One Party, Two Factions**: Chinese Bipartisanship in the Making? Trabalho apresentado na conferência “Chinese Leadership, Politics, and Policy”, realizada no Carnegie Endowment for International Peace, 2 de Novembro de 2005.

DONG, Lisheng. O Sistema Político da China: Operação e Reforma. In: BELLUCCI, Beluce (Org.). **Abrindo os Olhos para a China**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004, p. 25-74.

DORNELLES JR, Arthur Coelho. **O 17º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês**: A política da sucessão e as condições de consolidação de Hu Jintao, 2007. Disponível em : <http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo3.pdf>. Acesso em Mar 2013.

DUMBAUGH, Kerry; MARTIN, Michael. **Understanding China's Political System** (Relatório preparado para os Membros e Comitês do Congresso Americano). **Congressional Research Service**, Dezembro de 2009.

EDIN, Maria. State Capacity and Local Agent Control in China: CCP Cadre Management from a Township Perspective. **The China Quarterly**, v. 173, 2003, p. 35-52.

ESCRITÓRIO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **Structure of State**. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/state_structure/64401.htm>. Acesso em: 4 Março 2014.

_____. **The Decision on Major Issues Concerning Comprehensively Deepening Reforms in Brief**. Publicado em 16 de Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2013-11/16/content_30620736.htm>. Acesso em: 4 Março 2014.

EMBAIXADA FRANCESA NA CHINA. **La Propriété en Chine**. Publicado em 09 de Junho de 2009. Disponível em: <<http://www.ambafrance-cn.org/La-Propriete-en-Chine.html>>. Acesso em: 12 Setembro 2013.

FEWSMITH, Joseph. Rethinking the Role of the CCP: Explicating Jiang Zemin's Party Anniversary Speech. Dezembro de 2001. **China Leadership Monitor**, n. 1, parte 2.

_____. **The logic and limits of political reform in China**. Cambridge University Press, 2013.

HUNG Huang. Na China, Anúncio de Mudanças Suscita Dúvidas. **Folha de São Paulo** [online]. Publicado em 17 de Dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/12/1385460-opinio-na-china-anuncio-de-mudancas-suscita-duvidas.shtml>>. Acesso em: 5 Mar 2014.

MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MILLER, Alice. **The Politburo Standing Committee under Hu Jintao**. Disponível em:

<http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM35AM.pdf>. Acesso em Mar 2013

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **A Revolução Chinesa Passada no Calidoscópio**. 2011, p. 1-15. Disponível em: <unicamp.br/ceav/content/pdf/Amaury_Porto_de_Oliveira-A_Revolucao_chinesa_Passada_no_Calidoscopio.pdf>. Acesso em 15 Jul 2013.

_____. Governando a China: a Quarta Geração de Dirigentes Assume o Controle da Modernização. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 46, n. 1, 2003, p. 138-160.

QUAGIO, Ivan. **Olhos Abertos: a História da Nova China: da Morte de Mao à Crise Econômica**. São Paulo: Editora Francis, 2009.

RITHMIRE, Meg E. China's "New Regionalism": Subnational Analysis in Chinese Political Economy. **World Politics**, v. 66, n. 1, 2014, p. 165-94.

SHENG, Yumin. Central-Provincial Relations at the CCP Central Committees: Institutions, Measurement and Empirical Trends, 1978-2002. **The China Quarterly**, v. 182, 2005, p. 338-355.

SIT, Tsui. **Peasant Agriculture in China**. In: Peasant's agriculture in Asia. Org: HOUTART, François; WEN, Tiejun. Ruth Casa Editorial, 2012. P. 23-45.

YAN Xiaojun. "To Get Rich Is Not Only Glorious": Economic Reform and the New Entrepreneurial Party Secretaries. **The China Quarterly**, v. 210, 2012, p. 335-354.

YANG Zhong. **Local Government and Politics in China: Challenges from Below**. Nova York; Londres: M.E. Sharpe, 2003.

YU Yongding. A Longa Marcha da 3ª Plenária. **Valor Econômico** [online]. Publicado em 12 de Dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/3369702/longa-marcha-da-3>>. Acesso em: 5 Mar 2014.

WEN, Tiejun. **Centenary reflections on the 'three dimensional problem' of rural China** (Translated by Petrus Liu). Inter-Asia Cultural Studies, Volume 2, Number 2, 2001.

WEN, Tiejun al. **China's Real Experience**. China's Course of Industrialization: Eight Crises with Subsequent Soft Landing in 60 Years. 2012. Disponível em: <<http://www.emergingcountries.org/pdf/China%20Historical%20Review.pdf>> Acesso em 5 Mar 2014.